

INSTITUTO	
	
Documentação	
SOCIOAMBIENTAL	
Fonte	DESP
Data	25/3/2000 Pg C-9
Class.	42

Invasões destroem mata atlântica ao longo da BR-116

Registro teve 80 hectares desmatados; advogado quer intervenção estadual

JOSÉ MARIA TOMAZELA

REGISTRO – Áreas de mata atlântica que la-deiam a Rodovia Régis Bittencourt (BR-116) estão sendo destruídas pela ocupação irregular, no Vale do Ribeira. O problema é mais grave no município de Registro, onde cerca de 80 hectares foram desmatados para dar lugar a barracos e construções.

A área invadida fica nas margens esquerda e direita da rodovia, na altura do km 442, no Bairro do Arapongá. Por determinação da Justiça, a prefeitura mantém dois seguranças no local, na tentativa de evitar novas ocupações. Mas essa providência não é suficiente para conter a destruição da mata. Um dos proprietários da gleba, o advogado Ângelo Poci, de São Paulo, chegou a pedir a intervenção estadual no município.

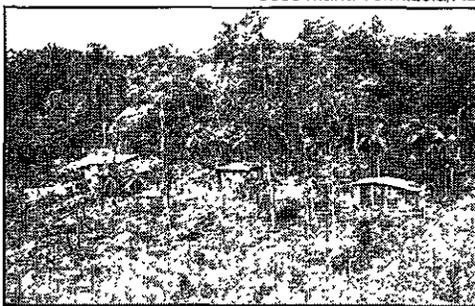
As primeiras ocupações ocorreram há mais de dois anos. Um grupo de famílias entrou no terreno, coberto pela mata atlântica em médio e avançado estágio de regeneração, e iniciou o desmatamento, dividindo a gleba em lotes. Os invasores foram autuados pela Polícia Florestal.

Em janeiro de 1998, a juíza

Gisele de Castro Catapano, determinou o embargo do terreno. Mas novas ocupações continuaram ocorrendo, de acordo com vistoria realizada em maio do ano passado por técnicos do Departamento Estadual de Proteção de Recursos Naturais (DEPRN).

Patrimônio – Poci alega que a prefeitura não está cumprindo sua obrigação de zelar pelo patrimônio ambiental. No pedido de intervenção que protocolou em julho do ano passado no Tribunal de Justiça do Estado, ele denuncia a ação de loteadores clandestinos no local.

José Maria Tomazela/AE



Área de preservação em Registro: ocupada

O diretor do departamento jurídico da prefeitura, Joel Campos Fernandes, disse que a prefeitura está acatando a determinação judicial no sentido de evitar novas invasões. No entanto, a desocupação da área, pretendida pelo Ministério Público, depende da destinação de outro local para abrigar os moradores.

Muitos deles adquiriram lotes de “boa fé”. A cidade, de 50 mil habitantes, tem um déficit de pelo menos 2 mil moradias.